

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**MARIELLI PRESTES BITTENCOURT**

**A “NOSTALGIA DA DITADURA” E AS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL:  
UMA PROPOSTA DE EXPLICAÇÃO**

**Porto Alegre**

**2020**

**MARIELLI PRESTES BITTENCOURT**

**A “NOSTALGIA DA DITADURA” E AS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL: UMA  
PROPOSTA DE EXPLICAÇÃO**

Dissertação de Mestrado em Ciência Política  
apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Ciência  
Política pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de  
Oliveira de Castro

**Porto Alegre**

**2020**

### CIP - Catalogação na Publicação

Bittencourt, Marielli

A "Nostalgia da Ditadura" e as eleições de 2018 no Brasil: uma proposta de explicação / Marielli Bittencourt. -- 2020.

50 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Cultura Política. 2. Nostalgia da Ditadura. 3. World Values Survey. 4. Jair Bolsonaro. 5. Comportamento eleitoral. I. de Oliveira de Castro, Henrique Carlos, orient. II. Título.

MARIELLI PRESTES BITTENCOURT

A “NOSTALGIA DA DITADURA” E AS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL: UMA  
PROPOSTA DE EXPLICAÇÃO

Dissertação de Mestrado em Ciência Política  
apresentada como requisito parcial para a  
obtenção do título de Mestre em Ciência  
Política pelo Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 02 de março de 2020.

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador  
Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Luiz Gustavo Mello Grohmann  
Departamento de Ciência Política  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

Prof. Dr. Everton Rodrigo Santos  
Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social  
Universidade Feevale

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sofía Isabel Castillo Vizcarra  
Pós-Doutoranda do Departamento de Economia e Relações Internacionais  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

À minha eterna orientadora, professora e mestra  
Sonia Maria Ranincheski.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política pela estrutura e formação fornecida ao longo desses dois anos de mestrado. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) o qual financiou meu período de mestrado. Aos professores Gustavo, Everton e Sofia, por terem aceito participar da banca de defesa da dissertação e por contribuírem nesse trabalho.

Aos meus pais, Gina e Marcelo, por todo o apoio emocional e financeiro ao longo dessa empreitada e por sempre terem me incentivado a seguir adiante em busca dos meus objetivos. Obrigada por compreenderem minhas ausências e cuidarem de mim mesmo que à distância. Todo o meu amor e gratidão a vocês!

Ao meu companheiro, Daniel, por ter estado do meu lado, literalmente, nos momentos mais críticos desse processo. Obrigada pela paciência, pela atenção e pelo amor dedicados a mim nesse período, com certeza foram fundamentais para que eu chegasse aqui.

Aos meus amigos e colegas, Adriana, Débora, Giovani, Greice, Jéssica e Maíra, que se dispuseram a todo o momento a me ajudar e fizeram contribuições importantes para a realização do trabalho, e ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em Cultura Política, Estado e Relações internacionais (CESPRI), esse grupo maravilhoso que desde a graduação me faz crescer como pessoa e como profissional. Muito do que sou hoje eu devo ao CESPRI e às pessoas que o formam. Colegas como vocês me dão mais certeza ainda que a academia pode e deve ser coletiva.

Ao meu orientador, Henrique, que aceitou o desafio de orientar meu trabalho e o fez com excelência. Não tenho palavras para agradecer todo o apoio, paciência e atenção ao longo de todo esse período. Obrigada por não desistir de mim e por confiar no meu potencial quando nem eu mesmo acreditava.

E por último, mas, com certeza, não menos importante, à minha eterna orientadora, Sonia. Infelizmente, essas palavras nunca chegarão a ela, mas fico feliz em saber que em todo esse tempo de relação orientadora-orientanda, eu pude demonstrar todo meu carinho, admiração e respeito à mulher, à professora, à orientadora, à pessoa que ela foi. Tenho certeza que eu carrego um pouco da Sonia em mim e palavras nunca serão o bastante para dizer o quão grata eu sou por tê-la tido como mestra.

A todos vocês, meu mais sincero e profundo agradecimento por estarem ao meu lado me auxiliando, incentivando e dando forças em todas as etapas desse trabalho. Com certeza, esse trabalho tem um pouco de cada um de vocês.

*"Vos tenes la bala... yo la palabra. La bala muere  
al detonarse... la palabra vive al replicarse."*

*Berta Cáceres*

## RESUMO

Esta dissertação é um estudo sobre a utilidade do conceito de “Nostalgia da Ditadura” para a explicação de comportamento eleitoral. O objetivo geral desta pesquisa é compreender e explicar a atualidade do referido conceito a fim de explicar parte da motivação dos eleitores de Jair Bolsonaro na eleição presidencial de 2018 no Brasil. Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura especializada e análises de dados de pesquisa de opinião pública. Assim, o trabalho enquadra-se na tradição do campo da Cultura Política. Os dados utilizados foram retirados da Sétima Onda da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey* - WVS) realizada no Brasil em 2018. Especificamente, foi utilizado o índice de nostalgia da ditadura criado por Castro (2014) como base para sua replicação a partir dos dados atuais da pesquisa. Desse modo, o índice foi construído utilizando a intenção de voto em Bolsonaro e, como controle, as intenções de voto nos demais candidatos. Além da introdução e da conclusão, o trabalho está dividido em duas seções: a primeira seção apresenta a atualidade do conceito de “Nostalgia da Ditadura” e sua utilização como explicação do voto; a seção seguinte apresenta, analisa e relaciona os dados coletados com a teoria trabalhada na seção anterior. Os resultados encontrados permitem afirmar que houve influência da ideia de Nostalgia da Ditadura na decisão do voto dos eleitores de Jair Bolsonaro em 2018.

**Palavras-chave:** Cultura Política. Nostalgia da Ditadura. World Values Survey. Jair Bolsonaro. Comportamento eleitoral.

## **ABSTRACT**

This thesis is a study on the usefulness of the concept of "Nostalgia for Dictatorship" to explain electoral behavior. The general objective of this research is to understand and explain the applicability of this concept in order to explain part of the motivation of Jair Bolsonaro's voters in the 2018 presidential election in Brazil. In order to do it, a review of the specialized literature and an analysis of public opinion poll data were conducted. Thus, the thesis fits into the tradition of the field of Political Culture. The data used were taken from the Seventh Wave of the World Values Survey (WVS) conducted in Brazil in 2018. Specifically, the nostalgia index of the dictatorship created by Castro (2014) was used as the basis for its replication from the current survey data. Thus, the index was constructed using the intentions to vote in Bolsonaro and, as control, the intentions to vote in the other candidates. Besides the introduction and conclusion, the work is divided into two sections: the first section presents the actuality of the concept of "Nostalgia for Dictatorship" and its use as an explanation of the vote; the next section presents, analyzes and relates the data collected with the theory used on in the previous section. The results found allow us to state that the idea of Nostalgia for Dictatorship has influenced the decision of the vote of the voters of Jair Bolsonaro in 2018.

**Keywords:** Political Culture. Nostalgia for Dictatorship. World Values Survey. Jair Bolsonaro. Electoral behavior.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice agregado da escala de Nostalgia da Ditadura	25
Tabela 2 - Índice de Nostalgia da Ditadura comparado*	33
Tabela 3 - Modo de governar: Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições	34
Tabela 4 - Modo de governar: Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões	34
Tabela 5 - Modo de governar: Ter um governo militar	35
Tabela 6 - É uma característica fundamental da democracia: As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente	37
Tabela 7 - Em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje?	40

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Socialização Política	21
Quadro 2 - Razões por que regimes autoritários se democratizam	28
Quadro 3 - Novas variáveis	32

## LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - É uma característica fundamental da democracia: As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente. 35
- Gráfico 2 - Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? 39
- Gráfico 3 - Em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje? 40

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2 A ATUALIDADE DO CONCEITO “NOSTALGIA DA DITADURA”: UMA TENTATIVA DE EXPLICAR O VOTO EM BOLSONARO .....</b>	<b>16</b>
2.1 TEORIA DE MÉDIO ALCANCE DE MERTON COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE EXPLICAÇÃO DA REALIDADE .....	17
2.2 CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E MEMÓRIA: A NOSTALGIA DA DITADURA NO BRASIL HOJE.....	18
2.3 AS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS DA DEMOCRACIA PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR E O RECRUDESCIMENTO DA “NOSTALGIA DA DITADURA” NA POPULAÇÃO .....	27
<b>3 “NOSTALGIA DA DITADURA” COMO EXPLICAÇÃO DE VOTO: RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>31</b>
<b>4 CONCLUSÃO.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo cumpre a função da dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da linha de pesquisa em Cultura Política. O tema de pesquisa desta dissertação, por sua vez, diz respeito à atualidade do conceito de “Nostalgia da Ditadura” (CASTRO, 1996; 2014) a partir da análise dos resultados da Sétima Onda da Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*) no Brasil. Busca-se, dessa forma, verificar se é possível explicar, a partir do conceito de Nostalgia da Ditadura, parte dos votos em Jair Bolsonaro, na última eleição presidencial, em 2018.

Para além do conceito de nostalgia da ditadura, central nesta pesquisa, deve-se abordar conceitos anteriores a este que, inclusive, ajudam a formulá-lo. Inclui-se, então, os conceitos de Cultura Política e Socialização Política. A Socialização Política constitui-se como um dos conceitos trabalhados dentro da Cultura Política. Por essa razão, tanto o conceito de Cultura Política, quanto o conceito de Socialização Política serão revisados de modo a, posteriormente, serem relacionados com a noção de Nostalgia da Ditadura, permitindo um futuro aprofundamento deste.

Com base nisso, a pergunta que guia a dissertação é: a noção de Nostalgia da Ditadura ajuda a explicar o voto em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018? O conceito pelo qual se parte essa pesquisa, o de “nostalgia da ditadura”, foi criado por Castro (1996) em sua dissertação de mestrado, ao discutir a cultura política dos porto-alegrenses. O conceito foi retomado em sua tese de doutorado (CASTRO, 2014) para a elaboração de um índice de nostalgia da ditadura entre os três países pesquisados no trabalho em questão (Brasil, Argentina e Chile). Vale salientar que o conceito não foi utilizado para explicação de voto em nenhum dos casos; assim, a presente dissertação busca utilizar este conceito de Nostalgia da Ditadura em outra realidade, ou seja, as eleições para Presidente da República, quando foi eleito Jair Bolsonaro. Para tanto, um índice de Nostalgia da Ditadura foi construído variáveis da pesquisa WVS com respostas de entrevistados que declararam intenção de voto em Bolsonaro (Partido Social Liberal – PSL) e, como controle, aqueles, dos que declararam intenção de voto nos demais candidatos.

Tem-se verificado há algum tempo, e de forma mais acentuada desde a última eleição presidencial, um discurso antipolítico por parte da população, que não confia nas instituições<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Porcentagem da população que confia pouco ou não confia: no judiciário 47,6%; no Governo Federal 76,9%; nos partidos políticos 86,2%; e no Congresso Nacional 83,8% (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

(Partidos Políticos, Executivo, Legislativo, e mais recentemente no próprio judiciário). Adiciona-se a isso, uma preferência por candidatos anti-*establishment*, como, por exemplo, Jair Bolsonaro, que, apesar de estar envolvido na política há quase 30 anos, levantava desde antes da campanha oficial à Presidência bandeiras de renovação, pureza, desprezo à política e anticorrupção.

No período pré-eleitoral, manifestações a favor de intervenção militar no governo federal e menções em tom nostálgico à ditadura civil-militar começaram a surgir com maior frequência no cenário político brasileiro. Foi a partir dessas manifestações que o então deputado federal Jair Bolsonaro passou a ter maior atenção tanto da elite brasileira, quanto da população em geral, que resultou, por fim, em sua eleição. Ou seja, mais uma de suas bandeiras levantadas é a de um retorno a esse “passado melhor”.

Mas, com isso, desde a sua campanha tem havido um grande debate na sociedade, de modo geral, em torno do que se entende como democracia. Enquanto uma parcela desses entende que muitas das atitudes de Bolsonaro podem ser consideradas antidemocráticas, outra acredita que o respeito aos ritos eleitorais basta para que exista democracia. E, com isso, retoma-se um debate sobre a democracia no Brasil e em como as instituições democráticas não geram uma cultura política democrática; pelo contrário, o que se vê no Brasil é uma cultura política híbrida, uma vez que conta com elementos, autoritários e antidemocráticos (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018).

A pesquisa deste artigo se enquadra na tradição da área de Ciência Política, dentro do campo da Cultura Política. Esta dissertação se justifica academicamente pela contribuição para a Ciência Política por se tratar de uma replicação de uma pesquisa realizada no passado na realidade atual, permitindo uma atualização do conceito e expandindo sua utilização. Ademais, propõe-se uma interpretação sobre o fenômeno da eleição de Bolsonaro a partir da Cultura Política. Além disso, socialmente esta pesquisa tem importância à medida que traz luz a um fenômeno atual e que tem gerado impactos para a vida cotidiana dos brasileiros.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizados os dados da Sétima Onda da pesquisa *World Values Survey* (WVS) no Brasil. A pesquisa WVS foi criada por Ronald Inglehart, um dos principais cientistas políticos da atualidade, na década de 1980, tendo por objetivo mensurar valores, crenças, atitudes e comportamentos da população. O WVS é a maior pesquisa social empírica do mundo, abrangendo cerca 90% da população do planeta. A etapa brasileira da pesquisa é realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo a autora parte do grupo de pesquisa; assim, não apenas participou da coleta de dados da Sétima Onda da

pesquisa, realizada em 2018, como tem acesso privilegiado aos dados, o que permitiu sua utilização nesta dissertação.

É importante ressaltar que a etapa brasileira da pesquisa foi feita entre os meses de maio e julho de 2018. O questionário, portanto, é traduzido e reformulado de acordo com a realidade do país em questão ainda antes de sua aplicação. Assim, os nomes que constam na pergunta referente à intenção de voto para Presidente da República foram selecionados de acordo com os pré-candidatos mais prováveis à época. Ademais, o *survey* foi realizado antes do aumento da polarização ocorrida nessa eleição, impulsionada – não somente, mas com grande peso – por alguns eventos como o atentado a Bolsonaro e o impedimento à candidatura de Lula.

Durante o pleito, muito se discutiu a respeito do voto útil<sup>2</sup>, dentre o qual se destacaram os candidatos Ciro Gomes (Partido Democrático Trabalhista – PDT) e o próprio Bolsonaro como opções viáveis ao PT representado pelo candidato Fernando Haddad – lançado pouco menos de um mês antes do primeiro turno das eleições presidenciais. No entanto, o que é importante para a pesquisa, o voto útil ainda não estava em pauta no período em que as entrevistas foram realizadas. Assim, é possível afirmar que os respondentes que manifestaram naquele momento intenção de voto em Jair Bolsonaro representam a opinião mais autêntica dos seus eleitores, aqueles que estavam mais identificados com as suas propostas desde o início, sem serem afetados pela radicalização do clima eleitoral.

Para se chegar ao objetivo final dessa dissertação através da análise dos dados coletados, é necessário perpassar pelo fenômeno do voto em si, uma vez que este se trata de um dos objetos da pesquisa. Quatro teorias – que se apresentam como quatro grandes linhas investigativas – buscam explicar o comportamento eleitoral, sejam elas: (i) modelo sociológico; (ii) modelo psicossociológico; (iii) modelo econômico do voto; e (iv) novas clivagens (FIGUEIREDO, 2008; FREIRE, 2001; SILVA, 2016).

O modelo sociológico põe luz à transformação das clivagens sociais em políticas, destacando o papel dos partidos políticos e das associações da sociedade civil nesse processo, e enfatiza, principalmente, as determinações estruturais do voto. O modelo psicossociológico (ou modelo de Michigan<sup>3</sup>) combina a abordagem sociológica anterior a uma perspectiva psicológica, salientando a função das atitudes políticas no comportamento eleitoral. Devido à crescente instabilidade do comportamento eleitoral entre as décadas de 1960 e 1970 – o qual

---

<sup>2</sup> Voto útil ou voto estratégico se trata da estratégia de alguns eleitores em votar no candidato com mais chances de vencer, em detrimento ao candidato que seria opção natural. Dessa forma, o eleitor avalia de que forma seu voto pode influenciar o resultado (RENNÓ; HOEPERS, 2010).

<sup>3</sup> Formalização do modelo:  $C_i = f(A_i, S_i)$ . Sendo assim, comportamento político ( $C_i$ ) é função do ambiente social ( $S_i$ ) e do conjunto de atitudes ( $A_i$ ) (FIGUEIREDO, 2008).

não era explicado pelos modelos anteriores –, os dois últimos modelos surgem como uma resposta a esse problema. O modelo econômico do voto (ou ainda modelo da Teoria da Escolha Racional) trata o eleitor como livre das determinações sociológicas e atitudinais, cujas escolhas de voto são baseadas em uma análise de custos e benefícios. Por fim, as teorias das novas clivagens tratam do surgimento de novas segmentações nos alinhamentos dos eleitores (por exemplo: valores materialistas *versus* valores pós-materialistas<sup>4</sup>) (FREIRE, 2001; SILVA, 2016).

As teorias de comportamento eleitoral não serão tratadas com profundidade no artigo. A apresentação das teorias serve para que se tenha conhecimento do que é corrente sobre a temática na Ciência Política, não para buscar se enquadrar em uma teoria ou construir uma via alternativa.

O presente artigo estrutura-se, após essa introdução, por uma seção principal em que se apresenta a atualidade do conceito de “Nostalgia da Ditadura” a partir de uma discussão sobre Teoria de Médio Alcance, Cultura Política e Socialização Política. Esta seção empenha-se, por fim, na utilização do conceito de “Nostalgia da Ditadura” como explicação do voto. Na seção seguinte, os dados coletados serão apresentados, analisados e, concomitantemente, relacionados com a teoria trabalhada anteriormente. Em seguida, a conclusão da pesquisa realizada para essa dissertação será apresentada.

## **2 A ATUALIDADE DO CONCEITO “NOSTALGIA DA DITADURA”: UMA TENTATIVA DE EXPLICAR O VOTO EM BOLSONARO**

A seguinte seção busca expor os conceitos de Cultura Política e Socialização Política de modo a relacioná-los com a noção de Nostalgia da Ditadura. O conceito de Nostalgia da Ditadura será trabalhado, aqui, como forma de ajudar a explicar o voto em Jair Bolsonaro. Nesse sentido, é feito o uso de uma teoria de médio alcance como forma de explicar um fenômeno particular – o voto em Bolsonaro. Ao se tratar de um método hipotético-dedutivo – do qual partimos do geral para o particular –, esse capítulo discorrerá sobre argumentos que buscam sustentar a hipótese desse trabalho (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Será apresentada a definição de teoria de médio alcance de modo a explicar como o conceito de Nostalgia da Ditadura construído por Castro (1996, 2014) enquadra-se nesse tipo

---

<sup>4</sup> Para uma leitura mais aprofundada sobre o assunto: INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernization, Cultural Change and Democracy: The Human Development Sequence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

de teoria. Ademais, ao longo do capítulo, será demonstrado de que forma a Nostalgia da Ditadura apresenta-se no contexto brasileiro atual e como ela pode servir de explicação para o voto nas últimas eleições presidenciais.

## 2.1 TEORIA DE MÉDIO ALCANCE DE MERTON COMO FORMA DE CONSTRUÇÃO DE EXPLICAÇÃO DA REALIDADE

Nesta dissertação, faz-se necessário introduzir a discussão acerca das teorias de médio alcance, nas quais o principal conceito trabalhado nesta pesquisa, o de Nostalgia da Ditadura, se enquadra. Teoria, segundo trata Robert Merton (1968), é um conjunto de suposições derivadas de generalizações empíricas. À época, dentro da sociologia – campo no qual essa discussão tem lugar – buscava-se a criação de teorias gerais. Nesse sentido, as teorias de médio alcance surgem como uma solução para o conflito entre as teorias completamente particulares e as teorias gerais. Merton definiu as teorias de médio alcance como:

teorias intermediárias entre as pequenas, mas hipóteses necessárias de trabalho que surgem em abundância durante a rotina das pesquisas diárias e os amplos esforços sistemáticos para desenvolver uma teoria unificada capaz de explicar todas as uniformidades observadas de comportamento, organização e mudança sociais (1968, p. 51).

Ainda segundo o autor, esse tipo específico de teoria serve como um guia para as pesquisas empíricas, pois estão mais próximas dos dados observados e tratam de aspectos limitados, diferentemente das teorias gerais, que estão, por sua vez, mais afastadas dos casos particulares. Favorável às teorias de médio alcance, o sociólogo T. H. Marshall incentivou o estabelecimento de “degraus sociológicos de médio alcance”, reconhecendo que o desenvolvimento de teorias mais amplas se dará por meio da consolidação de teorias de médio alcance, funcionando, de fato, como degraus. Assim, Merton acreditava que a principal tarefa dos sociólogos consistia em

[...] em desenvolver teorias especiais aplicáveis a objetivos conceituais limitados – teorias, por exemplo, dos desvios de comportamento, das consequências inesperadas de uma ação dirigida a certo propósito, da percepção social, dos grupos de referência, do controle social, da interdependência das instituições sociais – mais do que procurar imediatamente a estrutura conceitual total, própria a produzir estas e outras teorias de médio alcance (MERTON, 1968, p. 63).

Nesse sentido, as teorias de médio alcance possuem um certo grau de confirmação empírica, o que é o caso do conceito de Nostalgia da Ditadura no contexto em que foi criado. Castro (1996) formulou esse conceito com base nas respostas obtidas no *survey* aplicado em 1994 – o qual foi utilizado em sua dissertação de mestrado – que apresentou perguntas diretas relacionadas<sup>5</sup> ao período da ditadura civil-militar brasileira. Essas variáveis cruzadas com variáveis demográficas como idade permitiram chegar a uma conclusão da existência de um sentimento de nostalgia em relação ao período autoritário anterior. Importante salientar que a visão genérica de que o passado – especificamente o Regime Militar – era melhor que o presente não era exclusivo daqueles que viveram o período, mas também de jovens que ou não tinham nascido à época, ou eram crianças, o que reforçava mais ainda o conceito de **Nostalgia** da Ditadura.

Desse modo, à época, Castro utilizou dos materiais disponíveis para a criação de uma teoria de médio alcance a fim de explicar aquela realidade específica. Sua intenção não era criar uma teoria geral, mas explicar os resultados encontrados na sociedade porto-alegrense. Neste sentido, o uso de seu conceito – novamente, criado para uma dada realidade específica – para tentar explicar o voto em um universo muito mais amplo e em uma realidade diferente (tendo em vista o intervalo temporal de 25 anos entre uma pesquisa e a outra) é ousada e permite verificar a validade do conceito de forma mais geral.

## 2.2 CULTURA POLÍTICA, SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA E MEMÓRIA: A NOSTALGIA DA DITADURA NO BRASIL HOJE

O conceito de Cultura Política, tal qual conhecemos hoje, foi introduzido por Gabriel A. Almond, em 1956, no artigo “Comparative Political Systems”, e posteriormente lançou, em conjunto com Sidney Verba, a obra fundacional do campo “The Civic Culture: political attitudes and democracy in five countries”, em 1963 (CASTRO, 2014). “Cultura Política” apresenta-se como um conceito de difícil definição, uma vez que o termo remete a um entendimento intuitivo, dado, principalmente, à relação estabelecida entre as palavras “cultura” e “política”. Entretanto, o conceito de “Cultura Política” não se trata da junção dos significados das palavras em separado. A Cultura Política é um campo de estudo dentro da Ciência Política que, entretanto, surgiu sob influência de outras áreas, como a Sociologia, a Psicologia Social e

---

<sup>5</sup> “Algumas pessoas falam que na época dos militares era melhor, outros dizem que não. Qual sua opinião?” (Pesquisa Nupergs, 1994 apud CASTRO, 1996).

a Psicoantropologia. Além disso, a Cultura Política é um conjunto de variáveis que podem ser usadas para construir teorias (ALMOND; VERBA, 1989; CASTRO, 2014; FORMISANO, 2001).

Nas palavras dos autores que cunharam o conceito, “a cultura política de uma nação é uma distribuição particular de padrões de orientação em relação a objetos políticos entre membros de uma nação” (ALMOND; VERBA, 1970, p. 31, tradução nossa). Especificamente, na Cultura Política, são estudadas as atitudes, os comportamentos e os valores de determinada população, de modo que as pessoas sejam protagonistas desse campo de estudo.

A cultura política ainda pode ser definida, segundo Ribeiro e Farina (2004, p. 179), como um:

[...] conjunto de orientações políticas subjetivas que poderia explicar a motivação subjacente às ações praticadas pelos atores tendo como referência os objetos políticos, ou seja, a totalidade do sistema política, envolvendo as estruturas de incorporação e satisfação de demandas individuais e coletivas, assim como o próprio indivíduo em seus papéis e atribuições políticas.

Essa definição de cultura política está mais de acordo com as discussões e críticas em relação à obra “The Civic Culture”, que não anulam, porém, a validade do livro como obra seminal dentro do campo da Cultura política.

Na obra “The Civic Culture”, Almond e Verba introduzem o conceito de Cultura Cívica, ou seja, em que determinada sociedade há uma cultura política participativa em que a cultura política e a estrutura política são congruentes. Para tanto, é necessário compreender, ainda que brevemente, o conceito de congruência. Ainda de acordo com Almond e Verba (1970), as culturas políticas podem ou não ser congruentes com a estrutura do sistema político. Desse modo, “Uma cultura política congruente seria [...] aquela em que o conhecimento político da população tendesse a ser preciso e a qual seu sentimento e avaliação fossem favoráveis.”<sup>6</sup> (ALMOND; VERBA, 1970, p. 37, tradução nossa).

De acordo com Harry Eckstein (1966), a congruência entre valores e instituições – ou seja, os padrões sociais da população e os padrões das instituições – é fundamental para a estabilidade democrática de uma sociedade. Tendo isso em vista,

[...] uma democracia estável e efetiva necessita de uma população em que os valores e as atitudes democráticos sejam dominantes, seja centrado tanto no apoio às normas democráticas, quanto na valorização do protagonismo político. [...] A forma de

---

<sup>6</sup> Do original: “Una cultura política congruente seria [...] aquella en que el conocimiento político de la población tiende a ser exacto y preciso y en que el afecto y la evaluación tienden a ser favorables”.

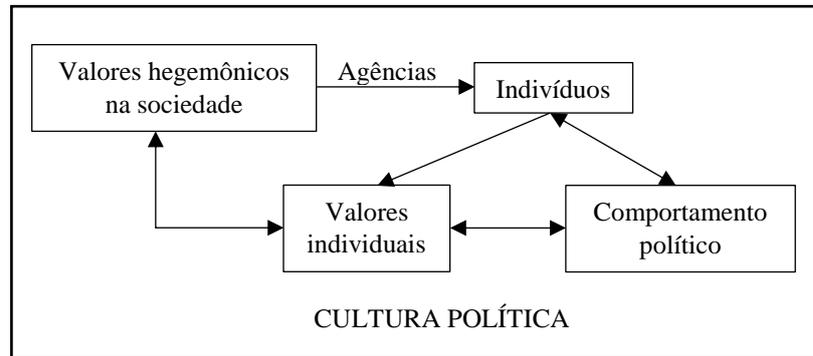
aquisição de valores e de atitudes adequados à participação política se daria processo de **socialização** (GONZÁLEZ, 2018, p. 117, grifo nosso).

A partir disso, podemos entrar na discussão sobre socialização política, importante para este artigo. A socialização política é um dos conceitos trabalhados pela Cultura Política, complementando, inclusive, o próprio conceito de cultura política, uma vez que fornece outras ferramentas de análise sobre o comportamento político dos indivíduos em determinada sociedade. .

Em "Political Socialization", obra que dá origem ao subcampo da socialização política, Hyman (1959) sustenta o uso de ferramentas da psicologia para a compreensão da política e, nesse sentido, defende uma abordagem psicológica na Ciência Política. O estudo da socialização política de forma sistematizada surge na década de 1950, dentro da psicologia social. É ainda nessa década que essa perspectiva de estudo começa a ser organizada em paradigmas. Ainda hoje, dentro dos estudos sobre socialização política, não há um paradigma dominante. Por essa razão, serão apresentados alguns dos principais paradigmas da socialização política.

Tendo como ponto de partida a cultura política, Almond e Verba (1970) se referem à socialização política como o processo de internalização de normas e valores políticos da sociedade pelo indivíduo, e ainda como se formam as atitudes políticas nos indivíduos por meio da transmissão de valores e crenças num sentido geracional, sendo estes que moldam um determinado tipo de cultura política (ver quadro 1). Além disso, a socialização política também pode ser entendida como os indivíduos adquirem, mantêm ou mudam seus comportamentos políticos (WASBURN; ADKINS-COVERT, 2017). Baquero (1997, p. 10) ainda define a socialização “como o conjunto de experiências que, no processo de formação da identidade social do indivíduo, têm influência na cristalização do seu papel como ator significativo ou não no sistema político e as crenças que ele desenvolve em relação à política e às instituições”.

Quadro 1 - Socialização Política



Fonte: Elaborada pela autora, com base na pesquisa realizada.

No livro “Making Citizens: political socialization research and beyond”, Wasburn e Adkins-Covert (2017) apresentam quatro diferentes paradigmas: *Persistence Perspective*, *Lifetime Openness Perspective*, *Impressionable Years Perspective* e *Life Cycle Perspective*. Os dois primeiros paradigmas encontram-se em extremos, no qual o primeiro afirma que aprendizados na fase pré-adulta são praticamente imunes a mudanças durante a vida adulta. Ao passo que no segundo a idade deixa de ser um fator determinante para mudanças. Quanto aos outros dois paradigmas, o *Impressionable Years* sustenta que crenças e atitudes políticas são mais vulneráveis no final da adolescência e início da idade adulta, enquanto que em outras fases da vida, há maior resistência à mudança. E o *Life Cycle* estabelece que as pessoas são suscetíveis a adotar determinadas posições em certas etapas da vida.

Os autores ainda propõem um modelo de socialização política baseado nos quatro paradigmas apresentados anteriormente: o Modelo do Curso da Vida<sup>7</sup>. Apesar dos paradigmas serem complementares, eles não eram trabalhados de forma conjunta pela sociologia política. Assim, os autores elaboram seu modelo a partir de um conjunto de três princípios: 1) princípios derivados dos quatro paradigmas; 2) princípios do desenvolvimento individual; e 3) princípios da influência do contexto externo.

Baquero (1997), apresenta também dois modelos teóricos de socialização política em seu artigo, são eles: Modelo de Política Alocativa que estabelece uma ligação com políticas públicas; e o Modelo de Persistência do Sistema<sup>8</sup>. Ambos os modelos se baseiam nos mesmos pressupostos: 1) a aprendizagem da criança dura toda a vida (princípio da primazia) e 2) as orientações básicas adquiridas durante a infância estruturam a aprendizagem posterior de

<sup>7</sup> *Life Course Model*.

<sup>8</sup> Trata-se do *Persistence Perspective* apresentado por Wasburn e Adkins-Covert (2017).

crenças sobre assuntos específicos (princípio da estruturação). Sendo assim, ainda que não haja um único modelo, há um consenso – ao menos tratando-se desses modelos – que valores e normas internalizadas durante a infância são importantes como determinantes das atitudes quando adultos.

A importância do aprendizado político durante a infância tem se dado em função, sobretudo, dos princípios da primazia e da estruturação. Uma vez que o primeiro estabelece uma conexão entre os valores internalizados ainda na adolescência a orientações quando adulto. Ao passo que o segundo “exige uma identificação das variáveis que estruturam uma crença a partir do princípio da estruturação, por exemplo, a identificação partidária” (BAQUERO, 1997, p. 11).

O comportamento político pode, ainda, ser considerado o resultado de um processo de aprendizagem, o qual se inicia durante a infância e se completa durante a adolescência. Nesse contexto, o processo de aprendizagem pode ser entendido como o próprio processo de socialização. Assim, algumas instituições constituem-se como as principais responsáveis pelo processo de socialização políticas, compreendidas como agências de socialização, sejam elas: a família, a escola e os grupos de referência dos indivíduos. Dentro da área de socialização política, a família é considerada a fonte principal de transmissão de cultura política na sociedade. Ainda que seu efeito seja, de fato, mais significativo, outras experiências tidas durante a fase pré-adulta devem também ser consideradas (BAQUERO, 1997; HYMAN, 1959; SIEGEL, 1989).

Desse modo, à medida que a pessoa se aproxima da fase adulta, e assim ingressando em novos ambientes sociais, a família como um agente socializador deixa de ser a principal referência política para o indivíduo, uma vez que ele está em contato com demais instituições que podem ou não seguirem as mesmas orientações de sua família. Além da família, deve-se destacar outros atores sociais que também desempenham importante papel como agentes socializadores, como a escola – instituições de ensino de modo geral – e os próprios professores (RIBEIRO; FARINA, 2004).

A memória também tem influência no processo de socialização e, assim, na construção de padrões de cultura política. De acordo com Pollak (1992), a memória é seletiva, isto é, nem tudo é registrado ou lembrado pelo indivíduo. Esta, por sua vez, também pode herdada, ou seja, algo que não diz respeito, diretamente, a experiência de vida desse indivíduo, mas de uma coletividade. A questão da herança é especialmente importante no que tange o processo de socialização e o próprio conceito de Nostalgia da Ditadura.

Ademais, a memória não apenas alimentada pelas lembranças individuais, mas de um grupo, constituindo, dessa forma, uma memória coletiva. Deve-se salientar, no entanto, que várias memórias coletivas podem coexistir em uma mesma sociedade. Além disso, a memória coletiva (ou ainda, social) está diretamente relacionada aos valores de uma determinada sociedade (COSTA; GONZÁLEZ, 2019; POLLAK, 1992). Ainda,

A memória social de um país se insere enquanto um importante elemento do processo de aprendizado, transmissão e construção de valores e atitudes que afetam a vida pública, ou seja, são elemento do processo de socialização política. O que se lembra e/ou esquece exerce influência sobre os valores, atitudes, comportamentos dos cidadãos e como percebem a política (COSTA; GONZÁLEZ, 2019, p. 14).

Tendo isso em vista, a memória coletiva se trata de uma construção social e, além disso, são frequentemente resultado de construções políticas deliberadas – pelo Estado ou elites políticas. O que se entende disso é que a memória é uma construção do presente e que pode ser instrumentalizada de acordo com os interesses dos setores dominantes da sociedade (PERALTA, 2007). No caso brasileiro, a memória em relação ao passado autoritário não foi trabalhada institucionalmente, de modo que não houve um esforço por parte do Estado em construir uma memória em relação à ditadura civil-militar. Contudo, o fato dessa memória não ter sido trabalhada, não quer dizer que essa decisão não tenha sido deliberada. Assim, ao não ser feito o devido debate político e social sobre a Ditadura Civil-Militar instaurada em 1964, abre-se espaço para reinterpretação sobre o período, havendo inclusive visões que negam a própria existência do Golpe Militar ou mesmo que houve ditadura no Brasil, que se relaciona diretamente com o conceito de Nostalgia da Ditadura.

Nesse sentido, é importante fazer, também, uma breve revisão sobre o conceito de democracia, mais especificamente, a Democracia Inercial (BAQUERO, 2018), que é um importante avanço no debate sobre este tema, principalmente no que tange ao Brasil. O conceito de Democracia Inercial não é exclusivo ao caso brasileiro, uma vez que sua formulação é baseada na realidade da América Latina que, dada suas especificidades, encontram problemas semelhantes no processo democrático, que remontam ao passado autoritário.

A Democracia Inercial é caracterizada, então, por uma sociedade que apoia a democracia, mas não os valores democráticos, havendo uma descrença na democracia devido à assimetria entre os sistemas econômicos e políticos do país, por uma grande desigualdade política, social e econômica, e por instituições políticas deficientes que são incapazes de transformar as demandas da sociedade em políticas públicas. Nesse sentido, produz-se uma

cultura política que internaliza valores e crenças antipolíticas (BAQUERO, 2018; BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018; CASTRO, 2019).

Outra característica importante a ser citada é a ideia de um passado melhor, uma memória simbólica. Essa característica em especial faz com que vícios de um passado autoritário não sejam eliminados por completo, que acabam afetando a construção de uma cultura política participativa. Nesse sentido, clientelismo, paternalismo, privatismo, corrupção e patrimonialismo são questões ainda presentes na sociedade brasileira (BAQUERO, 2018; CASTRO, 1996). De acordo com Baquero (2018, p. 30–31):

A inércia democrática gera um movimento de reprodução de práticas políticas de tal forma que padrões de comportamento do passado se (re)atualizam no presente. Ou seja, a memória do passado age como fator estruturante na constituição de um tipo de cultura política, neste caso, pouco afeita a se envolver em assuntos de natureza política; pelo contrário, a tendência observada é o desenvolvimento de sentimentos de antipolíticas.

Dessa forma, de acordo com os autores, pode-se, sim, adjetivar a democracia brasileira como inercial, uma vez que o que vemos na conjuntura política brasileira são compatíveis com as características de uma democracia inercial, em maior ou menor grau. Baquero elenca, ainda, oito características desse modelo de democracia, quais sejam:

1. Eventualmente, aumenta o grau de competitividade de um país no mercado internacional face ao crescimento econômico moderado e aumento da capacidade de arrecadação de impostos;
2. Uma vez estabelecidos padrões de desigualdade e despolitização dos cidadãos, materializam-se atitudes e comportamentos que resistem a mudanças impostas pelo contexto hegemônico da política;
3. Produz uma perda progressiva de valores democráticos;
4. Ativa uma “memória simbólica” de um passado melhor;
5. Institucionaliza relações terciárias (Estado-cidadão) ao invés de relações secundárias (cidadão-partido político);
6. Produz instituições deficientes e descontextualizadas que privilegiam a desigualdade econômica e política (BAQUERO, 2018, p. 31).

Sobre essa memória positiva do passado ainda pode se traçar um paralelo com a noção de Nostalgia da Ditadura. A noção de Nostalgia da Ditadura foi construída por Castro (1996), com base no estudo do comportamento dos porto-alegrenses a partir de uma pesquisa *survey* realizada em 1994. Segundo o autor, a nostalgia se trata de uma sensação de que o passado é melhor que o presente sem uma justificativa clara ou explicitação do que efetivamente teria sido melhor; no caso do Brasil, esse passado remete ao período da ditadura civil-militar. Nesse sentido, “a possibilidade de que o desencanto com a não resolução dos problemas sociais pelos

governos democráticos se reverta em descrédito da própria democracia e em uma tentativa de volta ao passado, quase sempre idealizado.” (CASTRO, 2014, p. 112).

Ademais, Castro, em sua tese, constrói uma escala de nostalgia da ditadura, que agrega as seguintes variáveis: a opinião em relação ao regime anterior, ao sistema político hoje em dia, à expectativa em relação ao futuro, a um líder forte no governo, a “tecnocratas” no governo, à existência de um governo militar, ao desempenho da economia em democracias, à capacidade de decisão de democracias, à capacidade das democracias de manterem a ordem e à satisfação com os atuais governos. A partir da análise da escala – a qual varia de 1 (menos nostalgia) a 10 (maior nostalgia) –, o autor afirma que o período de ditadura militar no Brasil foi, sim, determinante na conformação da cultura política dessa sociedade, mesmo para aqueles que não viveram o período.

Tabela 1 - Índice agregado da escala de Nostalgia da Ditadura (média dos dados de 1990 e 1995)\*

País		
Argentina	Brasil	Chile
5,13**	6,27	5,36

Fonte: (CASTRO, 2014).

\*Coeficiente Alfa de Cronbach igual a 0,682.

\*\*A diferença entre as médias de todos os grupos foi significativa a menos de 0,001.

Essa cultura política não democrática é predominante nos países da América Latina, haja vista que a grande maioria deles passou por períodos de ditaduras militares. Além disso, o hiato entre as instituições democráticas e a democracia nas práticas cotidianas – ou seja, uma falta de congruência – gera uma instabilidade política permanente (RIBEIRO; FARINA, 2004). O aumento da insatisfação popular em relação às instituições democráticas dificulta sua legitimação, condicionando o surgimento de um sentimento de nostalgia com o passado, o qual essas pessoas não necessariamente viveram.

Ao estudar a socialização política entre jovens, considera-se que as atitudes e os valores políticos que são apreendidos durante a infância e a adolescência têm um importante papel nas bases psicológicas de visões políticas em uma sociedade. Em outras palavras, compreender a sociedade passa pela compreensão dos valores que são socializados pelos indivíduos enquanto jovens. Ademais, a própria estabilidade democrática, a qual se discutia antes, perpassa pela socialização, como bem sintetizado por Baquero (1997, p. 13–14):

Os valores transmitidos por essas instituições [família, escola e meios de comunicação], estão relacionados, segundo David Easton (1965) com a estabilidade política de uma sociedade. A estabilidade democrática, segundo o autor, depende da

intensidade dos sentimentos que os cidadãos de um país mostrem pelo sistema político em geral e pelas instituições especificamente.

Baquero (1997) argumenta que o Brasil, ainda durante a década de 1990, seguia uma tendência global de descrença por parte da população em relação aos governos instalados no período pós-autoritário. Ainda segundo o autor, algumas das consequências desse fenômeno é que a democracia não é legitimada e há uma crescente perda de credibilidade do regime frente à opinião pública, o que reforça um ambiente de instabilidade democrática que ficou ainda mais evidente nos últimos anos.

Ainda nesse sentido, Ribeiro e Farina (2004), consideram que a escola é a agência de socialização e educação política que o Estado tem mais facilidade de controlar, por essa razão, torna-se fundamental na disseminação de crenças e valores a fim de criar condições de legitimação e crédito da democracia.

Nesta seção, foi feita uma revisão de literatura acerca dos conceitos de Cultura Política e socialização política para, por fim, aplicá-los à noção de Nostalgia da Ditadura. Nesse sentido, foram trazidos diferentes paradigmas sobre socialização política, que nos leva aos princípios da primazia e da estruturação. Estabelecendo, a partir deles, que a aprendizagem durante a infância é levada durante a vida e que essas estruturam a aprendizagem posterior. Nesse sentido, a família e a escola são agentes socializadores fundamentais.

Outro ponto levantado, é a necessidade de congruência entre indivíduos (sociedade) e instituições (governo) a fim de garantir a estabilidade democrática. Esses valores que serão congruentes ou não com os valores institucionais são socializados e, se utilizando os princípios da primazia e da estruturação, entende-se a importância da família e da escola para o Estado, sendo a última mais facilmente controlável.

Aqui entra novamente o conceito de Nostalgia da Ditadura. Esse sentimento de idealização do passado é oportunizado quando da incongruência no sistema político. Se incongruência gera instabilidade democrática, uma vez que há uma baixa confiança por parte da sociedade em relação às instituições democráticas, reforça-se o mito de um passado melhor, sem necessariamente ter sido vivenciado pelos indivíduos ou mesmo efetivamente existido.

Ainda assim, deve-se aprofundar no estabelecimento dessa relação e buscar outras e mais eficazes formas de verificar de que modo a nostalgia da ditadura pode ser socializada não só por parte dos primeiros agentes socializadores como família e escola, mas também em outras etapas da vida adulta.

### 2.3 AS PROMESSAS NÃO CUMPRIDAS DA DEMOCRACIA PÓS-DITADURA CIVIL-MILITAR E O RECRUDESCIMENTO DA “NOSTALGIA DA DITADURA” NA POPULAÇÃO

O fim da ditadura civil-militar no Brasil significou o ressurgimento de um regime democrático no país, o qual era uma novidade para uma geração inteira que viveu sob a égide de um regime autoritário. Entretanto, a forma como ocorreu a transição de um regime para o outro é importante não só para compreender a democracia brasileira, como também para entender a relação do Brasil com a ditadura civil-militar. Ou seja, a forma com que ocorre a transição condiciona o tipo de democracia construída. Ainda que não seja consenso entre os pesquisadores, considera-se que a transição brasileira foi pactuada (ou ainda, negociada); em outras palavras, a iniciativa de mudança não apenas teve participação ativa dos setores que sustentavam e compunham o regime militar, como foi por eles concedida. Nesse sentido, as elites autoritárias possuíam controle sob o processo de mudança, ainda que seja relativo, uma vez que teve fazer concessões à oposição, mas em uma negociação assimétrica entre as partes; daí a transição negociada (O'DONNELL; SCHMITTER; WHITEHEAD, 1986; SHARE; MAINWARING, 1986).

O movimento em direção à democracia pode se dar tanto por uma necessidade, quanto por uma escolha. No quadro 2, pode-se observar de forma mais detalhada as razões pelas quais um regime autoritário se democratiza. Nesse sentido, a transição pela transação (SHARE; MAINWARING, 1986) resulta de uma opção feita pelas elites do regime. No caso brasileiro, o processo se estendeu por uma década e o regime limitou as mudanças, incluindo a exclusão de alguns atores, como a esquerda comunista e revolucionária. Ademais, esse controle por parte dos líderes do regime permite que haja uma garantia de que estes não serão perseguidos; especificamente, a Lei da Anistia impediu que houvesse punição aos líderes autoritários e agentes estatais nos casos de violação dos direitos humanos, como torturas, execuções e desaparecimento de opositores ao regime.

Quadro 2 - Razões por que regimes autoritários se democratizam

<p>I. <i>Por Necessidade</i> (democratização por colapso ou afastamento)</p>	<p>II. <i>Por Escolha</i> (democratização pela transação)</p> <p>A. Quando a ideia inicial é corrigir aspectos inaceitáveis do regime anterior e então restabelecer a democracia.</p> <p>B. Quando as vantagens da permanência no poder e os cursos da democratização diminuem.</p> <p>1. Os custos da permanência no poder aumentam em razão de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. uma crise sucessória</li> <li>b. o declínio da coesão militar</li> <li>c. o declínio da legitimidade: <ul style="list-style-type: none"> <li>c.1 – desvalorização da “legitimidade negativa”</li> <li>c.2 – limites à legitimidade do autoritarismo desde a Segunda Guerra Mundial</li> </ul> </li> </ul> <p>2. Os custos da democratização declinam em razão de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. eliminação da ameaça presumida</li> <li>b. estabelecimento de uma ordem socioeconômica.</li> </ul>
--	--

Fonte: adaptado de Share e Mainwaring (1986).

O fim da ditadura civil-militar no Brasil de forma transacionada permitiu que os militares saíssem sem que perdessem total legitimidade e apoio por parte da população. Ademais, a oposição ao regime contava com níveis limitados de mobilização de massa, o que ilustrava não só a força e legitimidade do regime, como também a tradição de baixos níveis de mobilização popular da cultura política brasileira (SHARE; MAINWARING, 1986).

Uma das consequências dessa transição é a existência, em muitas áreas, de continuidade entre o regime democrático e o autoritário, em que muitos líderes autoritários conservam posições de prestígio e poder. No Brasil, os líderes da transição foram os mesmos que prepararam o golpe de 1964 e ocuparam relevantes postos durante a maior parte do regime. Assim, a transição pela transação exige o estabelecimento de um *modus vivendi* entre as forças armadas e o governo, garantindo a autonomia militar e não alterando a posição de poder dos militares (SHARE; MAINWARING, 1986).

Com a aproximação do fim da ditadura civil-militar, a população passou a reivindicar eleições diretas para presidente da república. As manifestações populares ocorridas entre 1983 e 1984 ficaram conhecidas como as Diretas Já. Esse movimento, entretanto, pode ser atribuído a que O'Donnell chamou de “ressurreição da sociedade civil”, quando há a abertura do regime autoritário, gera-se um rápido e agudo aumento da politização geral, porém esse movimento não se mantém após a conclusão da transição para a democracia com a tutela dos militares e

participação efetiva de setores apoiadores da ditadura (BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018; O'DONNELL; SCHMITTER, 1988; SHARE; MAINWARING, 1986).

As manifestações, contudo, não alcançaram seu objetivo, e Tancredo Neves (então no Movimento Democrático Brasileiro – MDB) foi eleito através do colégio eleitoral. O presidente eleito, no entanto, não assumiu o cargo em função de problemas de saúde, sendo sucedido pelo Vice-Presidente eleito, José Sarney (antes filiado ao partido oficial da ditadura, Aliança Renovadora Nacional – ARENA). Após a morte de Tancredo Neves em 21 de abril de 1985, José Sarney assume definitivamente a Presidência da República. Esse episódio suscitou certo receio de um retrocesso no processo de democratização por parte de setores da sociedade, uma vez que se tratava do primeiro presidente civil em 21 anos. Durante seu governo, foi instaurada a Assembleia Nacional Constituinte, que deu origem à Constituição Federal de 1988 – a chamada Constituição Cidadã.

O sucesso da democratização depende, dentre outras coisas, da modificação da imagem dos militares como defensores últimos do interesse nacional, o que inibe que civis recorram novamente a eles. Nesse sentido, podemos dizer que essa modificação no Brasil falhou, tendo em vista que as Forças Armadas mantiveram o poder de tutela assegurado pela Constituição de 1988 em seu artigo 142 (BRASIL, 1988).

Passado esse período de efetiva transição, a população pode escolher novamente o Presidente da República, elegendo Fernando Collor (Partido da Reconstrução Nacional – PRN), em 1989. O processo eleitoral de 1989 gerou muitas expectativas positivas na sociedade, bem como promessas por parte da nova democracia que surgia. As manifestações de *impeachment* do presidente Collor que culminaram com sua renúncia, contudo, evidenciaram a instabilidade da jovem democracia no Brasil. O Vice-Presidente eleito, Itamar Franco (PRN e, posteriormente, Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) cumpriu o restante do mandato (BAQUERO, 2001).

A partir de 1995, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), o Brasil passou por um período de relativa estabilidade política, econômica e democrática. Cardoso governou por dois mandatos, até 2002, quando foi sucedido por Lula (PT), que foi presidente também por dois mandatos, entre 2002 e 2010. Lula, por sua vez, deu lugar à Dilma Rousseff (PT), cujo primeiro mandato estendeu-se entre 2011 e 2014.

Contudo, desde a vitória de Rousseff para seu segundo mandato, em 2014, e a consequente derrota do candidato Aécio Neves (PSDB), a elite brasileira passou a se posicionar mais enfaticamente contra o governo, levantando bandeiras contra a corrupção. Além disso, a

elite passou também a balizar manifestações populares sob o mesmo argumento. Nesse sentido, de acordo com os teóricos da elite, Mills (1981) e Mosca (1939), a elite não necessariamente governa, mas compõe um estrato superior da sociedade e em menor número, organizando as demais classes.

Foi a partir desses eventos que manifestações que pediam por intervenção militar no governo federal e menções em tom nostálgico à ditadura civil-militar começaram a surgir com maior frequência no cenário político brasileiro. Surge então com mais evidência o então deputado federal Jair Bolsonaro – e, anteriormente, Capitão do Exército –, que passa a ter maior atenção tanto por parte de setores da elite brasileira, quanto pela população em geral, que resultou, por fim, em sua eleição. A vitória de Bolsonaro, um candidato abertamente de extrema-direita, com relações com setores radicais do Exército e policiais e que se alia a setores liberais da economia, vinha sendo construída desde antes do período de campanha eleitoral.

Desde a campanha eleitoral de 2018, tem havido um grande debate na sociedade, de modo geral, em torno do que se entende como democracia. Enquanto uma parcela entende que muitas das atitudes de Bolsonaro podem ser consideradas antidemocráticas, a outra acredita que o respeito aos ritos eleitorais basta para que exista democracia. Tendo isso em vista, pode-se traçar um paralelo com a maneira com que Schumpeter define a democracia: pelo método. De acordo com o autor: “o método democrático é o sistema institucional para chegar a decisões políticas, no qual os indivíduos adquirem o poder de decidir por meio de uma luta competitiva pelo voto do povo” (SCHUMPETER, 1961, p. 366).

Nesse sentido, muito da sociedade brasileira, que em muita medida reflete a visão das elites, acredita que a democracia passa somente pelas eleições. Ou seja, havendo eleições, há democracia. Quando, na realidade, a existência da democracia em si está muito mais próxima da definição de Dahl (1998) de poliarquia – ou ainda, democracia representativa – que a define como sendo um sistema dotado de seis condições<sup>9</sup>, ou seja, considerando outras questões além do próprio processo eleitoral.

A crise política na qual o Brasil entrou desde 2014 diz muito do modelo de democracia construído no país com o fim da ditadura civil-militar. Assim como uma geração inteira viveu sob um regime autoritário, o mesmo se pode dizer sobre uma geração que nasceu e cresceu durante a democracia, acreditando que a mesma fosse a regra, não a exceção na nossa história política. Nesse sentido,

---

<sup>9</sup> 1) Funcionários eleitos; 2) eleições livres, justas e competitivas; 3) sufrágio inclusivo; 4) liberdade de expressão; 5) fontes alternativas de informação; e 6) autonomia de associação (DAHL, 1998).

[...] se existe um claro componente histórico, que confere aos militares uma inegável legitimidade social, não se pode esquecer que a atuação das forças armadas entre nós não se deu apenas **intra-muros**. Ao contrário, no processo de formação da sociedade brasileira, os militares sempre tiveram uma atividade política intensa, participando diretamente da vida política nacional. Desta forma, dialeticamente, da mesma forma que, no caso brasileiro, a atividade política dos militares não pode ser separada de sua função intrínseca, os valores e padrões de autoridade, disciplina e hierarquia das corporações militares são inerentes à confiança nos militares. Não se pode deixar de considerar, desta forma, que as manifestações de “nostalgia” em relação aos militares, tanto por parte daqueles que viveram o mais recente regime militar, como por parte daqueles que não viveram, sugerem a existência de um sentimento autoritário (CASTRO, 1996, p. 71, grifo do autor)

Desde a redemocratização, o Brasil teve governos de direita, com políticas econômicas neoliberais, e governos de centro-esquerda. Ou seja, a população experimentou ambos os lados do espectro político, ainda que de forma limitada, sem que suas expectativas fossem atendidas. O surgimento dos militares como uma opção viável e quase mágica não é nova e diz muito do sentimento que havia na população antes do próprio golpe de 1964.

Essa seção buscou, ainda que brevemente, fazer um panorama da história política brasileira desde o período de transição da ditadura para a democracia, ilustrando que a saída pela via militar não é nova e que esse sentimento de nostalgia existente nos dias de hoje tem muita relação com a forma com que a transição ocorreu. Houve tentativas de mexer nesse passado autoritário, como a Comissão Nacional da Verdade (2011-2014)<sup>10</sup>, de modo a construir políticas de memória que pudessem construir um imaginário comum e embasado sobre esse passado autoritário. Entretanto, iniciativas como essas encontram diversos obstáculos políticos e sociais.

### **3 “NOSTALGIA DA DITADURA” COMO EXPLICAÇÃO DE VOTO: RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Como dito na introdução desse trabalho, a intenção dessa pesquisa era, em um primeiro momento, replicar o índice de Nostalgia da Ditadura formulado por Castro (2014), ou seja, utilizar as mesmas variáveis usadas pelo autor ao formular o índice. Contudo, houve muitas modificações no questionário brasileiro (e também mundial) do WVS, de modo que nem todas as perguntas foram feitas na última Onda da pesquisa, havendo a necessidade de ser construído um índice com novas variáveis (no Apêndice A é possível ver a relação entre as variáveis usadas

---

<sup>10</sup>Para maiores informações, ver BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório / Comissão Nacional da Verdade. Brasília: CNV, 2014. 976 p. – (Relatório da Comissão Nacional da Verdade; v. 1)

por Castro (2014) – Ondas 2 e 3 do WVS – e as variáveis correspondentes na Sétima Onda do WVS no Brasil).

Observando o quadro apresentado no Apêndice A, é possível perceber que algumas das variáveis selecionadas da Sétima Onda não possuem correspondentes na Segunda e Terceira Onda, sendo a recíproca também verdadeira. As variáveis selecionadas da Sétima Onda – as quais formariam o índice atualizado – foram submetidas a uma análise de confiabilidade e consistência interna (coeficiente Alfa de Cronbach.). O conjunto das variáveis obteve um Alfa de Cronbach de 0,285, o que representa uma alta correlação entre as variáveis<sup>11</sup>. Por essa razão, optou-se por utilizar um novo conjunto de variáveis<sup>12</sup> para recriar o índice, observando a correlação entre elas. Foram selecionadas, então, cinco novas variáveis (ver quadro 3), sendo elas pertencentes à mesma bateria de perguntas do questionário – qual seja, “cultura política e regimes políticos”.

Quadro 3 - Novas variáveis

Vou descrever alguns tipos de sistemas políticos e gostaria de saber o que o(a) Sr(a) pensa sobre cada um deles como modo de governar o País. Para cada um, diga se é ótimo, bom, ruim ou péssimo? <i>(leia e assinale uma resposta para cada item)</i>	Ótimo	Bom	Ruim	Péssimo
Q235. Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições.	1	2	3	4
Q236. Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país.	1	2	3	4
Q237. Ter um governo militar.	1	2	3	4
Q238. Ter um sistema político democrático.	1	2	3	4
Q239. Ter um sistema governado por leis religiosas em que não há partidos ou eleições.	1	2	3	4

Fonte: Elaborado pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

De acordo com as informações do quadro 3, as respostas das variáveis selecionadas estão dispostas em uma escala de quatro pontos, em que 1 é ótimo e 4 é péssimo. Para criação do índice, uma vez que todas as variáveis possuem a mesma estrutura (escala de 4 pontos),

<sup>11</sup>A literatura sugere que o coeficiente Alfa de Cronbach deva ser maior que sete para a construção de uma escala. Isso não é uma regra absoluta, mas indica um uso adequado da técnica. É necessário, porém, verificar se há coerência entre os dados e a teoria em casos que o coeficiente fique abaixo de cinco, sobretudo. Nesse caso, o coeficiente Alfa de Cronbach ficou muito abaixo de cinco, o que poderia levar a uma má interpretação dos dados.

<sup>12</sup>Deve-se salientar, contudo, que as variáveis anteriormente selecionadas (Apêndice A) não serão de todo descartadas para este trabalho, uma vez que elas servirão de material para análises descritivas de forma individual.

optou-se por mantê-lo dessa maneira, de modo que ele varie entre 1 e 4. Assim, quanto mais próximo de 1, mais nostálgico em relação à ditadura; e quanto mais próximo de 4, menos nostálgico em relação à ditadura. Para seguir esse modelo, foi necessário, somente, inverter os valores da variável Q238, a fim de que “ótimo” fosse 4 e “péssimo” fosse 1.

Observada essas questões, foi construído o índice de Nostalgia da Ditadura. O índice foi aplicado em três amostras: geral (todos os entrevistados); apenas os que tinham intenção de votar em Bolsonaro; e os que tinham intenção de votar nos demais candidatos. Os resultados encontrados podem ser verificados na tabela 2, lembrando que o índice varia entre 1 e 4, em que 1 representa o mais nostálgico e 4 o menos nostálgico. Observando os resultados encontrados, percebe-se as médias são muito próximas. Ainda que o valor médio encontrado entre os possíveis eleitores de Bolsonaro seja ligeiramente mais conservador, os resultados não demonstram uma diferença significativa<sup>13</sup> entre os demais.

Tabela 2 - Índice de Nostalgia da Ditadura comparado\*

	<b>Média</b>	<b>Desvio Padrão</b>	<b>Mínimo</b>	<b>Máximo</b>
<b>Geral</b>	2,5762	0,54741	1,00	4,00
<b>Bolsonaro</b>	2,3858	0,44918	1,00	4,00
<b>Demais candidatos</b>	2,5858	0,56448	1,00	4,00

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

\*Coeficiente Alfa de Cronbach igual a 0,454.

Alguns pontos devem ser considerados ao analisar os seguintes dados. Dentre eles, é o fato de que a pesquisa foi realizada antes da total radicalização política ocorrida durante as eleições. Além disso, não há garantias sobre se a intenção de voto indicada se converteu em voto no caso daqueles que responderam que votariam no Bolsonaro. Ademais, essa pergunta<sup>14</sup> em específico contou com um número considerável de valores omissos (37,3%) (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018). É importante considerar esse fato, uma vez que as respostas “não sabe” e “não respondeu” não são apresentadas aos entrevistados, sendo apenas usadas em casos espontâneos. Nesse sentido, pode-se dizer que não houve indução a essas respostas.

No que se segue, algumas variáveis utilizadas para construção do índice foram analisadas individualmente cruzando-as com as intenções de voto em Bolsonaro e nos demais

<sup>13</sup>O intervalo de confiança é apresentado pelas médias mais ou menos o desvio padrão. Uma vez que os intervalos de cada índice se cruzam – como é o caso –, a diferença entre eles não pode ser considerada significativa.

<sup>14</sup> “Q223A. Se as eleições para presidente fossem hoje e os candidatos fossem esses, em quem você votaria?” (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

candidatos. A primeira variável analisada (tabela 3), apresenta uma relação entre acreditar ser ótimo/bom ou ruim/péssimo ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições com a intenção de voto. O resultado encontrado indica que a diferença entre aqueles que tinham intenção em votar no Bolsonaro e aqueles que tinham intenção em votar em qualquer um dos demais não é significativa.

Tabela 3 - Modo de governar: Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições

	<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>
<b>Ótimo/bom</b>	70,9%	64,8%
<b>Ruim/péssimo</b>	29,1%	35,2%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .435

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

As tabelas que seguem trazem os resultados da opinião dos entrevistados sobre ter técnicos especializados, um governo militar e um sistema político democrático. Todos estes apresentam diferenças significativas entre os que declararam intenção de voto em Bolsonaro e os que tinham intenção de votar nos demais.

Destacam-se, nesse sentido, as variáveis sobre técnicos especializados (tabela 4) e governo militar (tabela 5), cujas diferenças são bastantes significantes, segundo o teste Qui Quadrado. Esses resultados são importantes, pois convergem com a história e cultura política brasileira. O imaginário acerca da tecnocracia e dos regimes militares está ligado a uma percepção da população de ausência de corrupção e de maior efetividade no modo de governar. Esses achados encontram, também, base no imaginário existente a respeito da ditadura civil-militar, que encontram coro, sobretudo, entre as pessoas favoráveis ao Bolsonaro.

Tabela 4 - Modo de governar: Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões

	<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>
<b>Ótimo/bom</b>	89,0%	79,8%
<b>Ruim/péssimo</b>	11,0%	20,2%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .004

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Tabela 5 - Modo de governar: Ter um governo militar

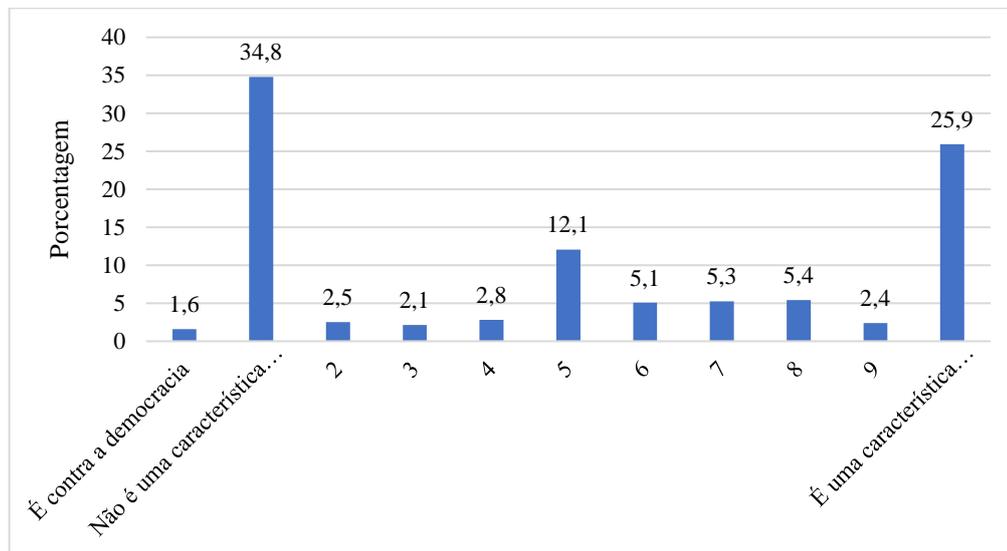
	<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>
<b>Ótimo/bom</b>	75,3%	39,9%
<b>Ruim/péssimo</b>	24,7%	60,3%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .000

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Conversando com resultados encontrados, analisou-se também a variável que verifica a opinião em relação às Forças Armadas assumirem o poder ser ou não uma característica fundamental da democracia (gráfico 1). Ainda que a resposta mais mencionada pelos entrevistados seja que Forças Armadas assumirem o poder não seja uma característica fundamental da democracia (34,8%), um número expressivo (25,9%) de pessoas disse acreditar que essa é uma característica democrática. Cabe aqui lembrar que há uma garantia constitucional em relação à intervenção das Forças Armadas como forma de manter a ordem do país. Fatos como esses podem reforçar opiniões revisionistas acerca do passado autoritário.

Gráfico 1 - É uma característica fundamental da democracia: As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente.



Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

A tabela 6 faz uma relação entre essa mesma variável (Forças Armadas assumem o governo quando ele for incompetente ser característica da democracia) com as intenções de voto, cujo valor do Qui Quadrado indica uma diferença significativa entre os resultados

encontrados. Merece destaque que nenhum respondente que tinha a intenção de votar em Bolsonaro disse que as Forças Armadas assumirem o governo é contra a democracia. Além disso, 35,8% dos que indicaram intenção de votar em Bolsonaro acreditam que essa intervenção seja uma característica democrática, ao passo que 24,5% dos que indicaram intenção de voto nos demais candidatos acreditam o mesmo (a diferença foi significativa).

Na tabela 7 foi feito um cruzamento entre intenção de voto e faixa etária, divididas em cinco coortes: 16 a 24 anos, 25 a 34, 35 a 44, 45 a 54 e 55 a 64. A intenção era verificar se havia diferenças significativas que indicassem maior propensão ao voto de determinadas coortes a certo candidato. Entretanto, o resultado do Qui Quadrado já indica que a diferença não é significativa, e a própria observações dos dados demonstram que os resultados são muito próximos. O pode ser considerada nessa análise é que há uma porcentagem considerável de jovens propensos a votar em Bolsonaro, pessoas essas que não tiveram a vivência da ditadura militar, mas que não os impedem de compartilhar um imaginário acerca desse período.

Tabela 6 - É uma característica fundamental da democracia: As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente

	<b>É contra a democracia</b>	<b>Não é uma característica fundamental da democracia</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>É uma característica fundamental da democracia</b>
<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	0,0%	25,7%	2,1%	1,6%	2,1%	10,7%	2,7%	7,0%	9,1%	3,2%	35,8%
<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>	1,8%	36,1%	2,6%	2,2%	2,9%	12,3%	5,4%	5,0%	4,9%	2,3%	24,5%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .002

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Tabela 7 - Intenção de voto por faixa etária

	<b>16-24</b>	<b>25-34</b>	<b>35-44</b>	<b>45-54</b>	<b>55-64</b>
<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	19,7%	24,1%	18,2%	15,3%	13,8%
<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>	16,3%	18,6%	18,0%	17,6%	14,5%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .293

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Os resultados a serem discutidos a seguir (tabela 8, gráfico 2 e tabela 9) dizem respeito à opinião dos entrevistados sobre democracia. A primeira variável (ter um sistema democrático), que está presente no índice, mostra que há pouca variação entre as respostas dos que declaram intenção de voto em Bolsonaro e dos que declararam intenção de voto nos demais candidatos. O resultado do teste Qui Quadrado reforça essa interpretação. Aproximadamente 87% dos respondentes acreditam que é ótimo ou bom haver um sistema político democrático.

Tabela 8 - Modo de governar: Ter um sistema político democrático

	<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>
<b>Ótimo/bom</b>	86,8%	87,9%
<b>Ruim/péssimo</b>	13,1%	12,1%

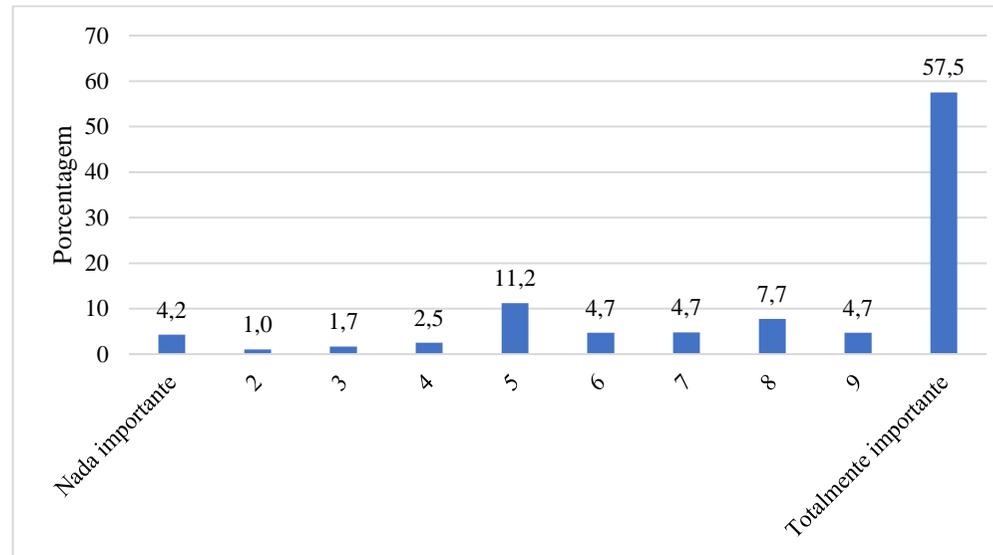
Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .043

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

O gráfico 2 e a tabela 9, por sua vez, medem a importância que os entrevistados dão em viverem em país governado de maneira democrática. Destes, 57,5% acham totalmente importante ter um país governado de maneira democrática. Pode-se notar que esse valor não acompanha o resultado da tabela 8, em que quase 90% dos entrevistados acreditavam ser ótimo ou bom ter um sistema político democrático. Desse modo, percebe-se que há um certo desencontro entre os resultados de variáveis que são semelhantes. Pode-se atribuir esse achado ao fato de que perguntar sobre “democracia” em pesquisas de tipo *survey* – principalmente o caso do WVS que é residencial face a face – há uma forte carga semântica. Em outras palavras, dificilmente alguém se dirá contra a democracia, uma vez que “democracia” há uma representação positiva, ou seja, eles respondem o que acreditam ser socialmente aceitável<sup>15</sup>.

<sup>15</sup> “*Social desirability* é a tendência de alguns entrevistados relatarem uma resposta da maneira que consideram mais socialmente aceitável do que seria a resposta ‘verdadeira’” (CALLEGARO, 2011, tradução nossa).

Gráfico 2 - Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática?



Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

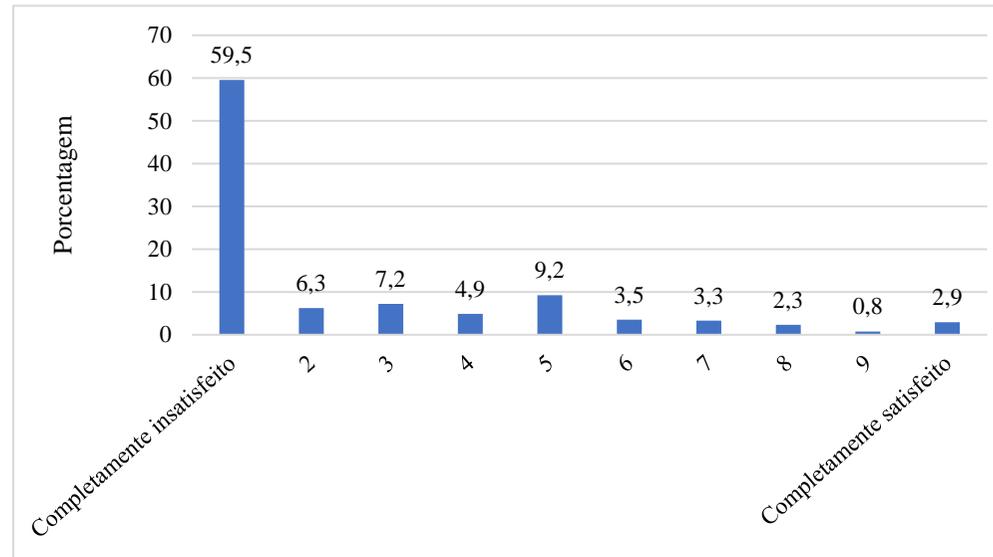
Tabela 9 - Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática?

	Nada importante	2	3	4	5	6	7	8	9	Totalmente importante
<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	5,0%	1,5%	3,0%	1,5%	10,0%	4,5%	6,0%	9,5%	6,0%	53,0%
<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>	4,1%	0,9%	1,5%	2,6%	11,3%	4,7%	4,6%	7,5%	4,5%	58,2%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .559

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Gráfico 3 - Em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje?



Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

Tabela 10 - Em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje?

	Completamente insatisfeito	2	3	4	5	6	7	8	9	Completamente satisfeito
<b>Intenção de voto em Bolsonaro</b>	61,5%	10,0%	6,0%	5,0%	6,0%	3,5%	4,0%	3,5%	0,0%	0,5%
<b>Intenção de voto em outros candidatos</b>	59,3%	5,8%	7,4%	4,9%	9,7%	3,5%	3,2%	2,2%	0,9%	3,2%

Teste de Qui Quadrado - resultado do nível de significância: .063

Fonte: Elaborada pela autora (CASTRO; RANINCHESKI; CAPISTRANO, 2018).

O gráfico 3 e a tabela 10, por sua vez, apresentam os resultados referentes à satisfação das pessoas em relação ao sistema político em funcionamento no Brasil atualmente. O que se verifica em um primeiro momento é o alto grau de insatisfação, uma vez que 59,5% dos brasileiros se dizem completamente insatisfeitos com o sistema político em funcionamento hoje no país.

A fim de verificar se há alguma diferença no grau de insatisfação entre aqueles que tinham a intenção de votar em Bolsonaro e aqueles que declaram intenção de votar nos demais candidatos, foi realizado um cruzamento entre as variáveis (tabela 10). O que se verificou, no entanto, foi uma diferença não significativa entre os dois grupos. Ainda que aqueles que declaram a intenção de votar em Bolsonaro sejam levemente mais insatisfeitos, a diferença não é suficiente para dizer que este grupo está mais insatisfeito com o sistema político brasileiro atual que o restante da população.

Em linhas gerais, analisando de forma conjunta os dados aqui apresentados e discutidos, sobretudo, a partir do índice de Nostalgia da Ditadura e dos resultados encontrados na análise das variáveis sobre governo militar, tecnocracia e intervenção militar, pode-se concluir que o sentimento de nostalgia em relação à ditadura militar brasileira foi, sim, um fator importante no comportamento eleitoral durante as eleições presidenciais de 2018. Novamente, os resultados sobre governo e intervenção militar, e tecnocracia são expressivos, uma vez que remetem diretamente ao passado autoritário brasileiro, visto de maneira idealizada mesmo por quem não vivenciou aquele período.

#### **4 CONCLUSÃO**

O presente artigo tinha como tema de pesquisa a atualidade do conceito de “Nostalgia da Ditadura”. Nesse sentido, a pesquisa foi desenvolvida com vistas a responder à pergunta: a noção de Nostalgia da Ditadura ajuda a explicar o voto em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018? Dessa forma, o objetivo foi verificar se era possível explicar, a partir do conceito de Nostalgia da Ditadura, parte dos votos em Jair Bolsonaro, na última eleição presidencial, em 2018.

O artigo baseia-se no método hipotético-dedutivo; assim, houve uma especial preocupação em expor os principais conceitos relacionados à pesquisa e que sustentam a hipótese do trabalho. De forma complementar à teoria, foram utilizados os dados da Sétima Onda do WVS no Brasil, cuja coleta foi realizada em 2018, antes da completa radicalização

política no Brasil durante as eleições presidenciais. A metodologia quantitativa empregada nesta pesquisa contou, além de análises descritivas das variáveis, com análises bivariadas e com a formulação de um índice que tinha por objetivo verificar o grau de nostalgia da ditadura na população.

O ponto de partida dessa pesquisa é o conceito de “Nostalgia da Ditadura”, que foi criado para uma realidade específica diferente da realidade da pesquisa atual. Nesse sentido, o autor que cunhou originalmente o conceito utilizou os materiais disponíveis à época para a criação de uma teoria de médio alcance, uma teoria intermediária entre as específicas e as gerais. A teoria de médio alcance “Nostalgia da Ditadura” visava a explicar uma realidade diferente da qual ela foi criada. O uso de tal teoria neste trabalho permitiu a validação do conceito de forma mais geral.

Conceitos como Cultura Política, Socialização Política, Congruência, Memória Social e Democracia Inercial foram revisados de modo a demonstrar como estes convergem em relação ao conceito de Nostalgia da Ditadura. O objetivo da revisão destes conceitos foi demonstrar que a Nostalgia da Ditadura, para além de sua verificação empírica através dos dados quantitativos, possui uma sustentação teórica.

No desenvolvimento do trabalho, foi feita uma breve exposição da história política brasileira recente, de modo a explicar como se deu a transição da ditadura civil-militar para a democracia no Brasil. A partir disso, depreendeu-se que a transição brasileira foi negociada, sem punição às violações dos direitos humanos por parte de quem sustentou a ditadura civil-militar instaurada em 1964 e sem a construção de políticas de memória dos crimes do regime militar. A forma “lenta, gradual e segura” com que houve a redemocratização permitiu, por sua vez, a construção de opiniões revisionistas, as quais, inclusive, chegam a negar a existência desse passado autoritário.

No que tange à análise quantitativa, as modificações ocorridas no questionário do WVS impediram que houvesse uma replicação fiel do índice construído por Castro. Dessa forma, foi construído um novo índice com novas variáveis, mas que manteve a mesma concepção teórica, as quais foram submetidas a análises de confiabilidade e consistência interna. O novo índice conta com cinco variáveis sobre o modo de governar o país: líder forte, técnicos especializados, governo militar, sistema político democrático e sistema governado por leis religiosas.

Para fins de comparação e melhor possibilidades de análise, o índice foi aplicado na amostra que continha a totalidade de entrevistados, na parcela da amostra que continha apenas os que tinham intenção de votar em Bolsonaro e também naquela que continha apenas os que

tinham intenção de votar nos demais candidatos. O valor médio encontrado entre os possíveis eleitores de Bolsonaro foi ligeiramente mais nostálgico que os demais; contudo, os resultados, de modo geral, não demonstram uma diferença significativa em relação às outras duas subamostras.

No entanto, a partir do índice de Nostalgia da Ditadura e dos resultados encontrados na análises bivariadas sobre governo militar, tecnocracia e intervenção militar em relação aos que tinham intenção de votar em Bolsonaro, pôde-se inferir que o sentimento de nostalgia em relação à ditadura civil-militar instalada em 1964 foi um fator importante no comportamento eleitoral nas eleições presidenciais de 2018 e que explica, sim, em parte os votos de Jair Bolsonaro. É importante ressaltar, nesse sentido, que encontrar resultados expressivos nas variáveis sobre governo e intervenção militar e tecnocracia são grande importância, tendo em vista que se relacionam diretamente ao passado autoritário brasileiro, o qual é visto de maneira idealizada mesmo por aqueles que não vivenciaram o período militar (42,9% dos brasileiros nasceram a partir de 1988, ou seja, praticamente depois da primeira eleição direta para Presidente da República).

Pelos aspectos mencionados, houve uma ampliação do conceito de Nostalgia da Ditadura em relação à realidade na qual foi criado. Este se propunha a ser uma teoria de médio alcance, uma vez que se aplicava a um caso específico (o estudo da cultura política do porto-alegrense nos anos 1990). No entanto, ao ser utilizado e se mostrar útil para a explicação do comportamento eleitoral em nível nacional em 2018, criam-se possibilidades de ampliação do conceito, com vistas à sustentação do uso da “nostalgia”, de modo amplo, como uma dimensão significativa para o estudo do comportamento eleitoral. Desta forma, o conceito não apenas ajuda a explicar o voto no candidato Jair Bolsonaro nas eleições para a Presidência da República de 2018, como indica a possibilidade de seu uso mais além de teoria de médio alcance, abrindo caminho para se constituir em uma teoria geral para a explicação da Cultura Política e do Comportamento Eleitoral.

## REFERÊNCIAS

- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **La Cultura Cívica: estudio sobre la participación política democrática en cinco naciones**. Madrid: Euramérica, 1970.
- ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. **The Civic Culture revisited**. Newbury Park: Sage Publications, 1989.
- BAQUERO, Marcello. O papel do adolescente no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. **Cadernos de Ciência Política**, [S. l.], n. 8, Pré-edições, p. 3–34, 1997.
- BAQUERO, Marcello. Cultura Política Participativa e desconsolidação democrática: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. **São Paulo em Perspectiva**, [S. l.], v. 15, n. 4, p. 98–104, 2001.
- BAQUERO, Marcello. **Democracia Inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2018.
- BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique C. O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 87–106, 2018.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 27 fev. 2020.
- SOCIAL DESIRABILITY. *In*: CALLEGARO, Mario **Encyclopedia of Survey Research Methods**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2011. p. 826.
- CASTRO, Henrique C. O. **A democracia em cheque: um estudo de Cultura Política entre Porto-alegrenses**. 1996. Dissertação de Mestrado - UFRGS, Porto Alegre, 1996.
- CASTRO, Henrique C. O. **Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Brasília: Verbena, 2014.
- CASTRO, Henrique C. O. **Democracy versus People: do Changing Values Challenge Democracy?**. 2019.
- CASTRO, Henrique Carlos de O. de; RANINCHESKI, Sonia; CAPISTRANO, Daniel. World Values Survey Brazil - Round Seven. Porto Alegre: UFRGS, 2018. (Data under embargo for disclosure according to the rules of the World Values Survey Association, [www.worldvaluessurvey.org](http://www.worldvaluessurvey.org))

COSTA, Maíra Pereira da; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Memória e Cultura Política: aproximações e apontamentos teóricos. *In: 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA 2019, Florianópolis. GT02 - Memória Social e Poder: os desafios contemporâneos. . In: 19º CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA. Florianópolis [s. n.]*

DAHL, Robert. **On democracy**. New Haven: Yale University Press, 1998.

ECKSTEIN, H. **Division and cohesion in democracy: a study of Norway**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto: democracia e racionalidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

FORMISANO, Ronald P. The Concept of Political Culture. **The Journal of Interdisciplinary History**, [S. l.], v. 31, n. 3, p. 393–426, 2001.

FREIRE, André. **Modelos do comportamento eleitoral: uma breve introdução crítica**. Oeiras: Celta Editora, 2001.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Cultura política, democracia participativa e protagonismo juvenil. *In: BAQUERO, Marcello. A juventude e os desafios da construção da democracia no Brasil*. Porto Alegre: Escritos, 2018. p. 111–133.

HYMAN, Herbert. **Political Socialization: a study in the psychology of political behavior**. Glencoe: The Free Press, 1959.

LAKATOS, Marina de Andrade; MARCONI, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MERTON, Robert K. **Sociologia: Teoria e estrutura**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.

MOSCA, G. **The ruling class (Elementi de Scienza Politica)**. New York/London: McGraw-Hill, 1939.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. **Transições do Regime Autoritário: primeiras conclusões**. São Paulo: Editora Vertice, 1988.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurance (org.). **Transitions from authoritarian rule**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1986. (Southern Europe).v. 1

PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. **Arquivos da Memória**, [S. l.], n. 2, Nova Série, p. 4–23, 2007.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 200–212, 1992.

RENNÓ, Lucio R.; HOEPERS, Bruno. Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], n. 86, 2010.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido; FARINA, Marli Burato. Cultura política e agentes de socialização. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 177, 2004.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SHARE, Donald; MAINWARING, Scott. Transição pela Transação: democratização no Brasil e na Espanha. **Dados**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. 207–236, 1986.

SIEGEL, Roberta. **Political learning in adulthood: a sourcebook of theory and research**. Chicago: University of Chicago Press, 1989.

SILVA, Rafael da. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos**. 2016. Tese de Doutorado - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

WASBURN, Philo C.; ADKINS-COVERT, Tawnya. **Making citizens**. New York, NY: Springer Science+Business Media, 2017.

WRIGHT MILLS, C. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

## APÊNDICE A

WORLD VALUES SURVEY (2ª e 3ª ONDAS)	WORLD VALUES SURVEY (7ª ONDA)
<p><b>V151.</b> Where on this scale would you put the political system as it was: A) The military regime. (From 1 very bad to 10 very good)</p>	
<p><b>V152.</b> Where on this scale would you put the political system as it is today? (From 1 very bad to 10 very good)</p>	<p><b>Q252.</b> Em uma escala de 1 a 10 em que “1” é “Completamente insatisfeito” e “10” é “Completamente satisfeito”, em que medida o(a) Sr(a) está satisfeito(a) com o sistema político em funcionamento no Brasil hoje?</p>
<p><b>V153.</b> Where on this scale would you put the political system as you expect it will be ten years from now? (From 1 very bad to 10 very good)</p>	
<p><b>V154.</b> Having a strong leader who does not have to bother with parliament or elections. A) Very good. B) Fairly good. C) Fairly bad. D) Very bad.</p>	<p><b>Q235.</b> Ter um líder forte que não precise se preocupar com deputados e senadores e com eleições. 1) Ótimo 2) Bom 3) Ruim 4) Péssimo</p>
<p><b>V155.</b> Having experts, not government, make decisions according to what they think is best for the country. A) Very good. B) Fairly good. C) Fairly bad D) Very bad.</p>	<p><b>Q236.</b> Ter técnicos especializados, ao invés de políticos, que tomem decisões que acham que são as melhores para o país. 1) Ótimo 2) Bom 3) Ruim 4) Péssimo</p>
<p><b>V156.</b> Having the army rule. A) Very good.</p>	<p><b>Q237.</b> Ter um governo militar. 1) Ótimo</p>

<p>B) Fairly good. C) Fairly bad. D) Very bad.</p>	<p>2) Bom 3) Ruim 4) Péssimo</p>
<p><b>V160.</b> In democracy, the economic system runs badly. A) Strongly agree. B) Agree. C) Disagree. D) Strongly disagree.</p>	
<p><b>V161.</b> Democracies are indecisive and have too much squabbling. A) Strongly agree. B) Agree. C) Disagree. D) Strongly disagree.</p>	
<p><b>V162.</b> Democracies aren't good at maintaining order. A) Strongly agree. B) Agree. C) Disagree. D) Strongly disagree.</p>	
<p><b>V165.</b> How satisfied are you with the way the people now in national office are handling the country's affairs? Would you say you are very satisfied, fairly satisfied, fairly dissatisfied or very dissatisfied? 1) Very satisfied 2) Fairly satisfied 3) Very dissatisfied 4) DK</p>	<p><b>Q250.</b> Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria?</p>

	<p><b>Q243.</b> O povo escolhe seus líderes em eleições livres. Use esta escala, em que 1 significa que “não é uma característica fundamental da democracia” e 10, que “é uma característica fundamental da democracia”.</p>
	<p><b>Q245.</b> As forças armadas assumem o governo quando ele for incompetente. Use esta escala, em que 1 significa que “não é uma característica fundamental da democracia” e 10, que “é uma característica fundamental da democracia”.</p>